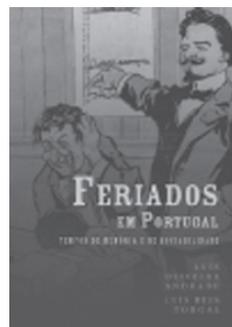


Feridos em Portugal. Tempos de memória e de sociabilidade

LUÍS OLIVEIRA ANDRADE E LUÍS REIS TORRAL
Coimbra, Imprensa da Universidade, 2012, 281 p.



Um livro sobre feriados tem, no Portugal de hoje, uma feição muito actual. *Feridos em Portugal* recolhe as impressões do presente, mas é um livro de história. Analisa, sob o ângulo dos feriados, o choque de valores e ideologias no Portugal contemporâneo. É um livro sobre o tempo, sobre a atribuição de sentido à História, sobre a actualidade, sobre o discurso asséptico da economia (que pensa que pode iludir os vínculos ideológicos através da inevitabilidade do jogo dos mercados) e, talvez mais que tudo, sobre a amizade. Os feriados celebram o passado, mas é do presente que cuidam.

Os que acompanharam a investigação histórica do Luís Andrade sabem que aquela explorava as comemorações históricas. Na dissertação de doutoramento, estudou a memória da Restauração da Independência de 1640, fixada no feriado de 1 de Dezembro e vigorosamente enaltecida pelo Estado Novo. Concentrou-se na medida centenária do tempo, sem esquecer os outros dois marcos da memória pública: os dias santos e os feriados cívico-políticos.

No âmbito das comemorações colectivas que se difundiram após a Revolução Francesa, os centenários ocuparam um lugar fundamental. Os trabalhos do Doutor Fernando Catroga bem o mostravam para o caso português. Faltava porém realizar um inquérito aos feriados, que tanto ostentavam as variações políticas e ideológicas como as particularidades regionais e locais.

Foi para este campo que o Luís Andrade se voltou, começando a cartografar os feriados nacionais e recolhendo informações sobre o mundo remoto dos feriados municipais. Promoveu entre os seus alunos valiosos trabalhos de investigação. Destaco, por me ter cabido a honra de lhe conceder a finalização

simbólica, o estudo de Ana Clara Correia sobre o feriado de Aveiro, publicado em 2007.

O Luís Andrade ensinava a história e a cultura através da memória. Era esta que conferia inteligibilidade aos discursos e aos sobressaltos dos regimes. Isso permitia-lhe captar a atenção dos alunos, que experimentavam o gosto de compreender. Não o digo por supor. Digo-o por ter ouvido de alguns alunos esse encantamento, que os levava a destacá-lo como o melhor professor que tiveram.

Há uma relação simétrica entre a obra de 2001 e a que agora se publica sobre os *Feridos em Portugal*. A tese de doutoramento centrava-se nos centenários e deixava entrever os feriados. O presente volume recorda os centenários para melhor enquadrar a feição comemorativa dos feriados. Em ambos se encontra a influência do Doutor Luís Reis Torgal: no primeiro livro, como orientador e director da colecção onde foi publicado; neste segundo, como redactor final e um dos grandes cultores da presença do Luís Andrade. Todos lhe estamos gratos por ter revisto e completado o que o Luís deixou escrito, e devedores pelo exemplo de amizade que assim nos oferece.

O facto de estar a recensear um livro que também é do Doutor Luís Reis Torgal deixa-me na grata circunstância de poder expressar publicamente a minha admiração pelo seu magistério. Para mim, é muito fácil explicar os motivos desse respeito. Em quase vinte anos de contacto, encontrei sempre aquilo que um mestre deve ser: um exemplo de trabalho, de franco debate, de tolerância e de amizade.

Comemorar é recordar e repetir. É querer fixar e tornar definitivo. É oferecer o princípio e o fim. É interpretar a marcha do tempo. Comemorar é escolher, sobretudo quando a opção parece inevitável. Não há político ou ideólogo que, ao propor feriados, não aspire ao consenso. E não há político ou ideólogo que o consiga. Os feriados visam a unidade (ou, talvez melhor, a *unificação*) e a perenidade, mas são expressões conjunturais que só duram através de vigorosas adaptações identitárias. As diferentes épocas usam-nos para projectarem convicções monárquicas, republicanas, anticlericais, coloniais, democráticas, etc. A celebração do tempo é sempre um veículo de legitimação.

A história dos feriados é feita de uma sucessão de datas que se atropelam, se anulam e se adaptam. Ela começa, em larga medida, na tentativa extrema de laicizar o calendário realizada pela Revolução Francesa entre 1792-93 e 1806. Em Portugal, os feriados, embora assentando nos dias de «gala» anteriores à Revolução de 1820, adquiriram a marca cívico-política precisamente após a

instauração do liberalismo, quando os acontecimentos principais do Vintismo se converteram em «dias de festividade nacional» ou «dias de regozijo público».

O Vintismo (1821-1823) fixou no 26 de Janeiro a instalação das Cortes Constituintes em 1821. A data caiu com o fim do regime constitucional, foi recuperada pelo Setembrismo (1836-38) e desapareceu em benefício da outorga da Carta Constitucional por D. Pedro IV em 29 de Abril de 1826.

Por sua vez, o anticlericalismo republicano não revogou o dia santo do 1.º de Janeiro, consagrado à Circuncisão do Senhor, mas adaptou-o à ideia de «fraternidade universal». Em contrapartida, consagrou-se no 5 de Outubro, conservado pelo Estado Novo e previsivelmente extinto em 2013. Também preservou o 1.º de Dezembro, mas diminuiu-lhe o alcance monárquico e brigantino, transformando a referência directa à Restauração da Independência numa forma mais ampla de exaltação da «autonomia da pátria portuguesa».

O intuito refundador de Sidónio Pais provocou um surto de feriados tão efémero como a própria «República Nova» que encabeçou. A decisão de criar uma «festa nacional» para «comemorar o glorioso aniversário da Revolução» de Dezembro de 1917 antecedeu em poucos dias o assassinato de Sidónio Pais e o fim dessa experiência política.

O Estado Novo conservou durante quase vinte anos o calendário e a laicidade dos feriados fixados pela I República (e mantidos inalteráveis pela Ditadura Militar). Inovou, porém, entre outros aspectos, na tónica concedida ao 1.º de Dezembro, que recebeu uma consagração mais intensa e generalizada, apesar de continuar como data fundamental da resistência monárquica. As rigorosas indicações que o ministro da tutela enviou para as escolas em 1933 contrastam com o actual fim anunciado dessa data festiva.

A revisão dos feriados em 1952, acordada com a Santa Sé, manteve o 5 de Outubro mas consagrou-o à «implantação do regime republicano» e não propriamente, como era antes, aos «heróis da República». Nessa ocasião, emerge o 10 de Junho, sacraliza-se outra vez o 1.º de Janeiro, o 25 de Dezembro (que chegara a ser dia da família) volta a ser dia de Natal e harmonizam-se os feriados municipais.

Depois de 1974, o novo regime enalteceu-se com o feriado de 25 de Abril, o 10 de Junho passou a ser também das «comunidades portuguesas no estrangeiro», o 1.º de Maio tornou-se «Dia do Trabalhador». A população, talvez menos sensível à dimensão histórica dos feriados, começa a encará-los sobretudo como dias de lazer. E se os feriados forem apenas uma interrupção do trabalho, então um governo dominado pelo intuito económico pode simplesmente declarar o seu fim por razões de produtividade.

Eis onde nos conduziram duzentos anos de feriados. É vantajoso conhecer esta história para resistir ao assalto de mais uma «inevitabilidade», esse palimpsesto do discurso único e do unanimismo. Dizia há pouco que não há político ou ideólogo que, ao propor feriados, não aspire ao consenso. E não há político ou ideólogo que o consiga. É por isso que este livro, rigoroso como obra de história, nos alimenta a reflexão sobre o nosso tempo.

O entusiasmo do Luís Andrade pelo estudo dos feriados traduz um interesse muito mais vasto do que parece à primeira vista. O Luís escolheu um assunto onde as forças históricas confluem antes de cristalizarem num domínio breve ou longo, consentido ou conflituoso, sempre revelador.

As sociedades marcam o tempo para lhe dar sentido. Os indivíduos marcam-no para fugir à maldição do tédio. «Quando um dia se assemelha a todos os outros,» pensava Hans Castorp, surpreendido com a ordem das coisas no sanatório de *A Montanha Mágica*, «todos os outros se assemelham a esse dia.» (Tradução de Gilda Lopes Encarnação. Lisboa, D. Quixote, 2009, p. 123) Que fazer então? Balizar o tempo ou deixá-lo fluir? Certo dia, após o almoço, praticou a arte meticulosa de se embrulhar na manta que encontrou dobrada na cadeira de repouso. «A habituação», reflectiu ele durante o curto diálogo com o primo, «é um adormecimento, ou pelo menos uma atenuação, do sentido do tempo.» (p. 124) «[...] apenas a mudança de hábitos ou a apropriação de novas práticas pode preservar a nossa vida, reavivar o sentido do tempo e levar ao rejuvenescimento, reforço e retardação da nossa experiência do tempo, abrindo caminho, em última análise, à renovação do sentido da vida.» (p. 124)

Eis por que precisamos de realçar os acontecimentos e as pessoas. «É claro que isto não tem nada a ver com a cronologia nem com a razão, é pura e simplesmente uma sensação.» (p. 125) – Concluiu o «jovem simples» (p. 11), incapaz de deter as elucubrações que lhe acudiam, já estendido, observando a respiração condensada no ar gélido. Hans Castorp chegara há várias semanas para visitar o primo e perdera a noção do tempo:

Seria obviamente um disparate dizer «acho que já aqui estou há dois meses» – isso seria um absurdo. O que posso apenas dizer é que sinto já aqui estar há muito tempo.

É verdade – admitiu Joachim de termómetro na boca – e eu também ganho com isso. De certo modo, posso apoiar-me em ti, desde que chegaste.

E Hans Castorp riu-se por Joachim o ter formulado de forma tão simples e sem mais explicações. (p. 125)

O tempo não existe. Existem as presenças que dão sentido ao tempo. Seria talvez um disparate dizer «acho que já passaram sete anos». O que posso dizer, lembrando o Luís, é que sinto que já passou muito tempo e pouco tempo, porque a ausência não pára de aumentar mas a presença nunca se perde.

(Texto lido na apresentação de *Feridos em Portugal* realizada na Livraria da Universidade de Aveiro em 11 de Outubro de 2012.)

*Nuno Rosmaninho**

* Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro. Membro do Centro de Línguas, Literaturas e Culturas da mesma Universidade (CLLC).